

Proposta para Criação e Implantação de um Observatório para a Região das Agulhas Negras

Mariana da Costa Facioli
marianafacioli@hotmail.com

xx

Resumo: O presente trabalho busca propor a criação de um Observatório para a Região das Agulhas Negras, que abrange as cidades de Resende, Itatiaia, Porto Real e Quatis, e que vem experimentando um crescimento econômico notável na última década. Trata-se de uma região economicamente estratégica, contemplada por uma rica variedade de recursos naturais (floresta, meio rural, rios com boa disponibilidade hídrica) que atende tanto ao setor industrial quanto ao turismo. O citado Observatório pretende ser um instrumento integrador de políticas através da sistematização de dados e da realização de pesquisas em temas como desenvolvimento industrial e turístico sustentável, ambiente e sociedade.

Palavras Chave: Observatório - Desenvolvimento - Regional - \$4 - Negras

1. INTRODUÇÃO

Os instrumentos de planejamento adotados pelos municípios têm por característica o início e o fim em si mesmos, ou seja, não costumam considerar as demais vertentes que interferem na execução destes. Quanto à estrutura pensada para o planejamento que visa o desenvolvimento regional são consideradas três dimensões: I) as questões institucionais, econômicas e sociais; II) as questões de natureza territorial que abrangem aspectos da geografia humana e organização do espaço regional; III) as questões ambientais que abordam, essencialmente, o equilíbrio para o uso racional do meio ambiente local (VEIGA, 2006).

Com o surgimento do conceito de desenvolvimento sustentável proposto pelo documento intitulado “Nosso Futuro Comum”, relatório elaborado pela Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, foi instituída uma nova percepção local e global onde as ações integradas da sociedade, do poder público e do setor privado podem ser diretamente responsáveis pela evolução e transformações dos meios social, econômico e ambiental.

Esse tema é considerado relevante para a Região das Agulhas Negras por seu notável crescimento econômico e devido à necessidade de paralela evolução e necessidade de investimentos quanto aos aspectos sociais e ambientais.

Primeiramente serão abordadas as origens do conceito de desenvolvimento sustentável, o que embasará todo o trabalho.

Posteriormente, haverá uma caracterização regional, considerando aspectos importantes que justifiquem a análise das ações do poder público municipal e que sugiram outras ações ao setor privado e à sociedade civil.

Considerando as informações levantadas é sugerida a criação e implantação de um Observatório do Desenvolvimento Regional Sustentável das Agulhas Negras.

2. O PRINCÍPIO DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Com o advento da Revolução Industrial iniciada na Inglaterra no século XVIII, cujos princípios foram difundidos e adotados mundo afora, além dos benefícios relacionados ao progresso, ao desenvolvimento de tecnologia e ao acúmulo de capital estão associadas questões como urbanização (sem planejamento), utilização (descontrolada e insustentável) de recursos naturais, concentrações demográficas (irregulares) em centros industrializados principalmente, destinação (incorreta) de resíduos industriais e domésticos.

Diante da intensificação desses problemas e pela necessidade de estímulo à adoção de um novo comportamento, a partir da década de 1970, tiveram início diversas conferências internacionais que buscavam identificar e propor temas prioritários para a conservação do meio ambiente, visando fundamentalmente à qualidade de vida e à conservação da espécie humana no planeta. Cada uma dessas conferências trouxe contribuições importantes no sentido de construções de pactos entre os países quanto à adoção de medidas para preservação dos recursos naturais e de controle das diversas fontes de poluição.

CONFERÊNCIAS INTERNACIONAIS DA ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE MEIO AMBIENTE
<p>Conferência de Estocolmo (1972)</p> <p>A Conferência das Nações Unidas sobre o Homem e o Meio Ambiente, a Conferência de Estocolmo, foi realizada em 1972 e é considerada um marco inicial de interesse para a Educação Ambiental. Nesse mesmo ano, uma entidade chamada Clube de Roma, encomendou ao Massachusetts Institute of Technology (MIT), dos Estados Unidos, um estudo que ficou conhecido como o Desenvolvimento Zero, e que propunha o congelamento do crescimento econômico como única solução para evitar que o aumento dos impactos ambientais levasse o mundo a uma tragédia ecológica. O que seria uma péssima solução para os países subdesenvolvidos. A Conferência Estocolmo-72 foi marcada, então, pela polêmica entre os defensores do “desenvolvimento zero”, basicamente representantes dos países industrializados, e os defensores do “desenvolvimento a qualquer custo”, representantes dos países não industrializados. Em 1983, a Assembléia Geral da ONU indicou a então primeira-ministra da Noruega, Gro Harlem Brundtland, para presidir uma comissão encarregada de estudar esse tema. Em 1987, foi publicado pela Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (CMMAD) da ONU um estudo denominado Nosso Futuro Comum, também conhecido como Relatório Brundtland, que defendia o crescimento para todos e buscava um equilíbrio entre as posições antagônicas surgidas na Estocolmo-72. Tentando conciliar o desenvolvimento e a preservação do meio ambiente, surgiu pela primeira vez a concepção de desenvolvimento sustentável. Da Conferência de Estocolmo resultou a “Declaração sobre o Ambiente Urbano” e seu “Plano de Ação Mundial”.</p>
<p>Conferência do Rio de Janeiro (1992)</p> <p>Conhecida como Rio 92 e oficialmente denominada “Conferência de Cúpula da Terra”, a segunda Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD) ocorrida vinte anos após a primeira, reuniu um total de 182 países.</p> <p>O governo brasileiro organizou um Workshop paralelo no qual foi aprovado um documento denominado “Carta Brasileira para a Educação Ambiental”. Este enfoca o papel do Estado, estimulando, principalmente, a instância educacional para a implementação imediata em todos os níveis de ensino. Paralelamente à CNUMAD, diversas reuniões ocorreram no Aterro do Flamengo com cerca de dez mil Organizações Não-Governamentais (ONGs) e da sociedade civil, debatendo o meio ambiente.</p> <p>Nesta conferência, os países signatários assumiram o compromisso de internalizar, nas políticas públicas de seus países, as noções de sustentabilidade e de desenvolvimento sustentável, nascendo a Agenda 21, pela qual cada país (ou mesmo uma determinada localidade), deverá traçar os caminhos do seu desenvolvimento em consonância com este novo paradigma.</p> <p>A Agenda 21 constitui um programa a ser implementado ao longo do século XXI pelos governos, em todos os seus níveis, pelas ONGs e demais instituições da sociedade civil, com o apoio das Nações Unidas e pelas demais instituições multilaterais e nacionais de fomento ao desenvolvimento sustentável.</p>

Tabela 1: Conferências Internacionais da Organização das Nações Unidas sobre Meio Ambiente

3. DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL REGIONAL: UM DOS OBJETIVOS DO MILÊNIO

Os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, aprovados na Declaração do Milênio das Nações Unidas, durante a realização da Cúpula do Milênio, com a participação de 147 chefes de Estado e de Governo e de 191 países, incluindo o Brasil, foram propostos a partir da visão de que é possível construir um mundo mais justo e igualitário, desde que a sociedade e os governos de países e regiões sejam capazes de traduzir as demandas políticas, econômicas, ambientais e sociais em ações concretas, no contexto de um grande mutirão mundial. Trata-se, portanto, de um compromisso mundial para uma Agenda de Desenvolvimento.

A adoção da Declaração do Milênio em 2000 por todos os Estados-membros da Assembléia Geral das Nações Unidas marcou um momento decisivo da cooperação global no século 21. A Declaração estabelece, no âmbito de uma única estrutura, os desafios centrais

enfrentados pela humanidade no limiar do novo milênio, esboça a resposta a esses desafios e estabelece medidas concretas para medir o desempenho mediante uma série de compromissos, objetivos e metas inter-relacionados sobre desenvolvimento, governabilidade, paz, segurança e direitos humanos.

Até 2015, todos os 191 Estados-Membros das Nações Unidas assumiram o compromisso de:

- 1 - Erradicar a extrema pobreza e a fome;
- 2 - Atingir o ensino básico universal;**
- 3 - Promover a igualdade de gênero e a autonomia das mulheres;
- 4 - Reduzir a mortalidade infantil;
- 5 - Melhorar a saúde materna;
- 6 - Combater o HIV/AIDS, a malária e outras doenças;
- 7 - Garantir a sustentabilidade ambiental;**
- 8 - Estabelecer uma Parceria Mundial para o desenvolvimento.**

4. A HISTÓRIA DO VALE DO PARAÍBA FLUMINENSE

Segundo SOARES (2010), “o Vale do Paraíba passou a representar uma região definitivamente incorporada ao Brasil, apenas quando o café aqui se estabeleceu. Após a sua chegada muita coisa se modificou. Em menos de cinquenta anos de exploração intensa, o café transformaria a vida em toda uma região. Ele fez do Vale o centro da economia do Segundo Império, sendo a região mais agraciada com os ambicionados títulos de nobreza.

Os “barões do café” controlaram não só a economia como também a política do Império, até o longo e progressivo início do seu processo de decadência. A partir de 1870, o Vale passaria a sentir os sinais da decadência inevitável. No entanto, apesar da forte concorrência paulista, o café ainda será plantado no Estado do Rio até as primeiras décadas do século XX, apesar de penetrar na década de 1920 com uma produção inferior a de São Paulo, Minas e Espírito Santo.

Somente com a chegada de uma nova leva de mineiros - no caso de Resende proveniente do Vale do Rio Grande - que se aproveitando dos baixos preços das terras, trazem seu gado e começam a instalar, progressivamente, uma nova atividade econômica que salvará o Vale da decadência total. A pecuária leiteira que sucede ao café, só pode ser entendida como uma consequência deste. A criação de gado leiteiro é uma das heranças do café.

O café marcou toda esta região, após a sua partida para São Paulo, a terra, o clima, a flora, a fauna e a natureza em geral nunca puderam ser as mesmas. A depredação do ambiente é o maior reflexo disso até os dias de hoje. Eliminada a mata virgem, hoje praticamente não mais existente (exceção seja feita às florestas da Serra, como no maciço de Itatiaia), tudo que dela dependia foi violentamente sacrificado. Juntando a isso, depredação do solo por anos consecutivos de exploração, progressivamente, o clima da região também começou a se alterar.

Se antes se possuía um verão não muito carregado e chuvas e um inverno não com longas estiagens, após o café, a irregularidade das estações passou a ser um fato constante: o inverno passou a ter nove meses de seca e o verão apresentar apenas quatro meses de chuvas. Eliminada a fauna, a saúva e o gafanhoto invadiram as plantações e a terra, nem mesmo com adubo ou com o arado não resistiu à depredação. No final das contas, uma das heranças físicas do café está no desequilíbrio ecológico que ele causou no Vale.

A pecuária leiteira que se segue ao café reproduz, de certa forma, esses mesmos mecanismos predatórios. Por um lado, ela só foi possível porque era a única opção para o Vale após o desgaste das terras. Por outro, quando foram roçados os cafezais envelhecidos, tudo se tornou um grande pasto e o gado foi colocado a pisotear o terreno.

Assim, efetivamente podemos dizer que no decorrer de mais de quinhentos anos, a economia brasileira funcionou como reflexo dos interesses externos, reagindo aos estímulos do estrangeiro como os da Inglaterra um dos nossos principais compradores de café. Esta orientação voltada para o exterior conduziu nossa região a praticar e implantar de forma maciça a monocultura com a produção e a exportação centrada em um único produto: o café. O que fez com que os reflexos deste período econômico paire até hoje com suas conseqüências e influências nas áreas sociais, culturais, políticas e econômicas.

Concluindo nosso artigo, enfatizo o fato da necessidade novas pesquisas sobre a formação econômica da região do médio Vale do Paraíba Fluminense. Elemento de extrema importância para entendermos Formação Econômica do Brasil à luz de um novo modelo historiográfico que considere as relações de poder regionalmente. E as dinâmicas econômicas vividas por cada recanto do Vale do Paraíba, pois pela historiografia clássica, as cidades locais tinham uma pequena relação com as fazendas e a riqueza girava em torno destas e não daquelas, o que no caso de Resende podemos ver exatamente o contrário; com a formação de um grupo bem destacado de pequenos e médios produtores, ocasionando uma distribuição de renda bem diferente do se poderia imaginar face às grandes propriedades.

Tudo isto no período em que o Brasil era o Império do Café, mesmo quando o processo econômico brasileiro se desenvolvia nas condições de economia incipiente nos moldes de um capitalismo tardio, com traços coloniais, dependente e mercantilista, ainda que no século XIX o mercantilismo já tivesse sido superado como modelo internacional, os pequenos e médios cafeicultores coexistiam, agiam e interagem no tão afamado mundo das grandes propriedades.”

5. REGIÃO DAS AGULHAS NEGRAS: MUNICÍPIOS INTEGRANTES

A Região das Agulhas Negras, composta pelos municípios de Resende, Porto Real, Itatiaia e Quatis, ambos do Estado do Rio de Janeiro, experimentou um desenvolvimento econômico extraordinário na última década. Inúmeras indústrias e empresas prestadoras de serviços se instalaram na região promovendo a criação de empregos diretos e indiretos, aproveitando a mão-de-obra local e “importando” a especializada, aumentando a arrecadação municipal e, como conseqüência desse aumento demográfico, a valorização do mercado imobiliário. Com o progresso, é necessário (re)planejar os serviços municipais, a infraestrutura básica, os sistemas de saúde, educação e transportes. A população regional de 177.937 habitantes, segundo o CENSO 2010 (IBGE), é predominantemente urbana (168.670), restando apenas 9.267 habitantes na área rural.

REGIÃO DAS AGULHAS NEGRAS - INFORMAÇÕES MUNICIPAIS BÁSICAS					
MUNICÍPIOS/POPULAÇÃO	Resende	Itatiaia	Porto Real	Quatis	Total
ano de instalação	1801	1989	1997	1993	
população total	119.769	28.783	16.592	12.793	177.937
população urbana	112.331	27.813	16.497	12.029	168.670
população rural	7.438	970	95	764	9.267
urbanização (2010)	93,80%	96,52%	99,44%	94,05%	
crescimento anual da população (2000-2010)	1,37%	1,55%	3,20%	1,80%	
índice de desenvolvimento humano (IDH)	0,809	0,800	0,743	0,791	
área territorial (km ²)	1.095,25	245,15	50,75	286,09	1.677,24
densidade demográfica (hab/km ²)	109,35	117,41	326,95	44,72	598,43

Tabela 2: Região das Agulhas Negras – Informações Municipais Básicas

Por se tratar de uma região localizada estrategicamente entre as duas maiores capitais do Brasil em termos econômicos e por ser muito rica em recursos naturais (contempla o Parque Nacional de Itatiaia, a Área de Proteção Ambiental da Serrinha do Alambari, a região de Visconde de Mauá, Maringá e Maromba, a Colônia Finlandesa de Penedo e é parte da hidrográfica do rio Paraíba do Sul que tem boa disponibilidade hídrica), além do potencial industrial, conta com outra fonte geradora de desenvolvimento: o turismo.

Com tanto investimento em desenvolvimento na região há que se pensar em investir igualmente em instrumentos que propiciem o planejamento de curto, médio e longo prazo de forma que haja sustentabilidade econômica, social e ambiental.




Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal (IFDM)	RIO DE JANEIRO		IFDM	Emprego & Renda	Educação	Saúde	
	RIO DE JANEIRO		0,7985	0,8810	0,7005	0,8140	
	Mediana		0,6818	0,4856	0,7529	0,8151	
	Máximo		0,9038	0,9746	0,8856	0,9518	
2007		Mínimo	0,5399	0,2388	0,5495	0,6626	
Ranking IFDM		UF	Ranking	IFDM	Emprego & Renda	Educação	Saúde
Nacional	Capitais						
64°	2°	RJ	Porto Real	0,8575	0,9115	0,7125	0,9485
152°	7°	RJ	Resende	0,8208	0,7942	0,7605	0,9076
944°	26°	RJ	Itatiaia	0,7181	0,5604	0,7201	0,8739
2278°	75°	RJ	Quatis	0,6449	0,3097	0,7128	0,9122

Tabela 3: Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal

Existem diversos instrumentos adotados pelos municípios que visam o planejamento urbano de modo geral, porém não há um instrumento que busque a integração regional destes.

A divisão geopolítica do território é útil para fins de planejamento de serviços municipais, de valoração imobiliária, de análise econômica, de dados estatísticos relacionados à demografia, entre outros, porém, do ponto de vista social e ambiental, não há como pensar em fronteiras já que, por exemplo, o não investimento em tratamento de esgoto de um município prejudicará o próximo, pois o rio é um só e desconhece as fronteiras estabelecidas politicamente; o não investimento em educação e em programas sociais poderá ter como consequência a geração de indivíduos que viverão à margem da sociedade e poderão vir a cometer crimes numa determinada região, não necessariamente no município que não realizou o investimento devido em educação e na sociedade.

Para melhor avaliação dos municípios quanto ao alcance das metas propostas pelos Objetivos do Milênio, identificamos o estágio em que se encontram quanto à “educação básica de qualidade para todos” (Objetivo 2), “qualidade de vida e respeito ao meio ambiente” (Objetivo 7) e “todo mundo trabalhando pelo desenvolvimento” (Objetivo 8).

ACOMPANHAMENTO MUNICIPAL DOS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO DO MILÊNIO									
OBJETIVOS	TEMA	DESCRIPTIVO		MUNICÍPIOS DA REGIÃO DAS AGULHAS NEGRAS				FONTE:	
				Resende	Porto Real	Itatiaia	Quatis		
 Objetivo 2	Educação	Distorção idade-série (2010)	Ensino Fundamental	24,1%	30,2%	29,3%	33,9%	Ministério da Educação	
			Ensino Médio	30,2%	31,3%	25,4%	39,9%		
		* Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB - 2009)	4a série	4,5	4,1	4,4	4,7		
			8a série	3,8	3,5	3,4	4,3		
 Objetivo 7	Qualidade de Vida e Respeito ao Meio Ambiente	Recurso Hídrico		Assoreamento de corpo d'água	sem ocorrência	Assoreamento de corpo d'água, escassez e poluição	Assoreamento de corpo d'água, escassez e poluição	IBGE - Perfil Municipal (2008) - Ocorrências impactantes nos 24 meses anteriores	
		Qualidade do Ar		sem ocorrência	Poluição do ar	sem ocorrências	sem ocorrência		
		Preservação da Biodiversidade		Queimadas	Queimadas	Queimadas, degradação de áreas protegidas	Queimadas, desmatamento, degradação de áreas protegidas		
		Fatores Climáticos		sem ocorrência	Atividade pecuária prejudicada	sem ocorrência	Atividades pecuária e agrícola prejudicadas		
		Estado do Solo		sem ocorrência	sem ocorrência	sem ocorrência	sem ocorrência		
		Percentual de domicílios com acesso a água ligada à rede e esgoto sanitário adequado (1991-2010)	Água (1991)	86,8%	não informado	81,9%	não informado	IBGE - Censo Demográfico - 1991 e 2010	
			Água (2010)	96,3%	95,4%	91,3%	82,2%		
Esgoto (1991)	86,4%		não informado	74,7%	não informado				
Esgoto (2010)	95%		93%	88,6%	83,1%				
 Objetivo 8	Todo mundo trabalhando pelo desenvolvimento	Percentual de escolas do ensino fundamental e médio com acesso a Internet (2005)		Ensino Fundamental (com computador)	81%	100%	37,5%	57,1%	Ministério da Educação
				Ensino Fundamental (acesso à internet)	50,8%	22,2%	18,8%	14,3%	
				Ensino Médio (com computador)	100%	100%	100,0%	100,0%	
				Ensino Médio (acesso à internet)	100%	100%	100,0%	100,0%	

* O IDEB é um índice que combina o rendimento escolar às notas do exame Prova Brasil, aplicado a crianças da 4ª e 8ª séries, podendo variar de 0 a 10.

Tabela 4: Acompanhamento Municipal dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio

Diante destas informações e da necessidade de outras que não se encontram sistematizadas para consulta (investimentos em projetos sociais, ambientais e culturais), é possível perceber que, mesmo havendo políticas municipais específicas para cada uma destas cidades, é necessário haver um instrumento que realize a integração de informações entre as mesmas, buscando uma direção comum quanto ao desenvolvimento regional sustentável, considerando o binômio ambiente - sociedade.

Buscando equacionar essa questão, o presente artigo propõe a criação e implementação desse instrumento: o Observatório do Desenvolvimento Regional Sustentável das Agulhas Negras.

6. SUGESTÃO DE METODOLOGIA PARA CRIAÇÃO E IMPLANTAÇÃO DO OBSERVATÓRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL SUSTENTÁVEL DAS AGULHAS NEGRAS

A inspiração para a criação do Observatório do Desenvolvimento Regional Sustentável das Agulhas Negras decorre da observação de experiências exitosas de outros observatórios que abordam o mesmo tema, como:

- Observatório das Metrôpoles

(<http://web.observatoriodasmetrosoles.net/>)

- Observatório do Desenvolvimento Regional de Blumenau

(<http://www.furb.br/especiais/interna.php?secao=378>)

- Observatório Metropolitano – Região Metropolitana de Campinas

(www.observatoriometropolitano.com.br)

- Observatório Regional Base de Indicadores de Sustentabilidade – ORBIS

(<http://www.ipd.org.br/pt-br/projeto/60>)

6.1 JUSTIFICATIVA

A criação de um Observatório como forma de fortalecimento do processo de desenvolvimento regional da Região das Agulhas Negras baseia-se na evidência da falta de informações e pesquisas sistematizadas sobre tais temas, bem como na frágil articulação entre o poder público, organizações civis e empresas privadas locais quando realização e proposição de ações que contribuam para a região e para a coletividade, o que dificulta medidas integradas que propiciem e incentivem o desenvolvimento sustentável, considerando as demais vertentes do que espaço que estas atividades ocupam especialmente o ambiente e a sociedade.

6.2 OBJETIVOS

O Observatório se propõe a facilitar a integração e a gestão, levantando e processando dados que forneçam informações e disponibilizando-as para os interessados em elaborarem projetos que beneficiem a sociedade e o ambiente local, para as empresas que procuram investir em responsabilidade social e ambiental, para a melhoria da tomada de decisões dos governantes locais, tornando o Observatório uma referência na aquisição de dados e realização de pesquisas nas áreas a que se propõe.

O objetivo principal do Observatório é o de auxiliar à promoção do desenvolvimento regional sustentável na Região das Agulhas Negras, facilitando sua gestão pública e privada e seu planejamento.

Objetivos específicos:

- desenvolvimento de uma estrutura articulada e descentralizada;

- aproximar instituições e pesquisadores que tenham interesse pelos temas propostos pelo Observatório;

6.5 METODOLOGIA

Os métodos para a realização dos trabalhos serão, basicamente:

- 1) Seleção de temas prioritários e levantamento de dados – a equipe do Observatório reunirá dados sociais, ambientais, econômicos, turísticos, políticos, históricos, populacionais sobre a região a ser estudada de forma a constituir uma base de informações para as pesquisas a serem realizadas;
- 2) Estudo exploratório: onde os membros do comitê de especialistas analisarão e acompanharão as pesquisas.
- 3) Estudo aplicado: onde as pesquisas serão desenvolvidas pelos membros da rede de pesquisadores.

Periodicamente será realizada uma pesquisa quanto à demanda de informações para realização de estudos para a região pelo Observatório, sendo divulgado para a sociedade.

6.6 LINHAS DE PESQUISA

As principais Linhas de Pesquisa pensadas para o Observatório estão estruturadas abaixo, por tema:

- a) Desenvolvimento Sustentável
- b) Turismo
- c) Ambiente
- d) Sociedade

6.7 CONSIDERAÇÕES

A proposta de criação do Observatório do Desenvolvimento Regional Sustentável das Agulhas Negras advém de indagações pessoais e, digo, coletivas, sobre o que poderá ser melhorado na região visando a sustentabilidade ambiental e econômica do crescimento que se apresenta.

Suponho que existam diversas empresas em nossa região que investiriam em ações sociais e ambientais; que haja demanda do setor hoteleiro quanto a pesquisas para melhoria de sua gestão; que haja a necessidade de reformulação de políticas públicas que integre os jovens e propicie atividades culturais, sociais e esportivas buscando contribuir para o seu desenvolvimento intelectual e social, minorando a possibilidade de envolvimento com drogas e outros crimes; que haja interesse da manutenção e recuperação de áreas degradadas, entre outros.

Nesse contexto, a proposição do Observatório contempla diversas áreas carentes de atenção em nossa região e extremamente necessárias para a manutenção e melhoria do desenvolvimento.

REFERÊNCIAS

CONCEIÇÃO, R. & NUÑEZ, B. Planejamento participativo e desenvolvimento regional sustentável: uma análise do método aplicado na Região Metropolitana de Curitiba (RMC). Seminário Nacional “Paisagem e Participação”: práticas no espaço livre público. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, 2007.

SOARES, J. Uma breve história do café na região da Vila de Resende no século XIX. Estudos “Nossa Terra, Nossa Gente.” Sítio Eletrônico: <http://www.valedoparaiba.com/terragente/estudos/cafe/download.pdf> . Acesso em 15 de maio de 2011.

VEIGA, J. E. Territórios para um desenvolvimento sustentável. In: Territórios, Ciência & Cultura, n. 58, jan/mar. São Paulo: 2006.

Sítios Eletrônicos consultados:

- Instituto de Promoção do Desenvolvimento: <http://www.ipd.org.br>
- Ministério da Integração: <http://www.integracao.gov.br/>
- Observatório das Metrópoles: <http://web.observatoriodasmetrosoles.net/>
- Observatório do Desenvolvimento Regional de Blumenau: <http://www.furb.br/especiais/interna.php?secao=378>
- Observatório Metropolitano – Região Metropolitana de Campinas: www.observatoriometropolitano.com.br
- Observatório Regional Base de Indicadores de Sustentabilidade: <http://www.orbis.org.br/>
- Organização das Nações Unidas: <http://www.onu.org.br/>
- Prefeitura Municipal de Itatiaia: www.itatiaia.rj.gov.br/
- Prefeitura Municipal de Porto Real: www.portoreal.rj.gov.br/
- Prefeitura Municipal de Quatis: www.quatis.rj.gov.br/
- Prefeitura Municipal de Resende: www.resende.rj.gov.br/